

DADOS DA OPERAÇÃO CONSULTADA

Número da Consulta:	19259
Tipo de Serviço ou Aquisição:	8.02-00 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza (Relacionado ao CNAE 8599-6/04)
Observação:	O CNAE 8599-6/04 descreve a atividade de "Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial".
Natureza do Contratante:	Órgão Público Estadual
Tipo do Contratado:	Pessoa Jurídica
Optante do Simples Nacional:	Sim

INSS na Cessão de Mão de Obra**ORIENTAÇÃO**

A retenção está dispensada se o beneficiário for optante do Simples Nacional. Entretanto, o prestador está proibido de exercer esta atividade mediante cessão de mão de obra, o que não torna a fonte pagadora responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição na fonte, mas pode ensejar outras consequências **(Assista ao vídeo)**.

FUNDAMENTO LEGAL

O art. 191 da Instrução Normativa RFB 971/2009 estabelece que somente os serviços prestados por optantes do Simples Nacional tributados pelo Anexo IV da LC 123/2006 estão sujeitos à retenção previdenciária, o que não se aplica ao serviço ora examinado.

DISPENSA DE RETENÇÃO

Para efeito de dispensa da retenção do INSS não há obrigatoriedade de apresentação de qualquer declaração por parte da empresa prestadora, bastando a indicação no documento fiscal.

Ainda assim, a fonte pagadora poderá, a seu critério, realizar consulta ao Portal do Simples Nacional, imprimindo e anexando o comprovante da inscrição da contratada no regime simplificado.

IRRF de Pessoas Jurídicas

ORIENTAÇÃO

A retenção está dispensada se o beneficiário for optante do Simples Nacional, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007.

Para efeito de dispensa do IRRF não há obrigatoriedade de apresentação de qualquer declaração por parte da empresa prestadora, bastando a indicação no documento fiscal. Ainda assim, a fonte pagadora poderá, a seu critério, realizar consulta ao Portal do Simples Nacional, imprimindo e anexando o comprovante da inscrição da contratada no regime simplificado.

A declaração prevista na Instrução Normativa SRF nº 459/2004 se aplica obrigatoriamente APENAS para dispensa de retenção da CSLL, PIS/Pasep e COFINS, quando exigida de acordo com a legislação.

FUNDAMENTO LEGAL

Art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 765/2007.

ISS na Contratação de Pessoas Jurídicas

ORIENTAÇÃO

O serviço ora examinado está sujeito ao ISS no município do estabelecimento prestador.

O tomador estará obrigado a reter e recolher o imposto somente se:

- 1) Possuir estabelecimento no mesmo município do prestador (**Assista ao vídeo**).; e
- 2) A lei deste município (que é competente para cobrança do imposto) determinar que ele (tomador) deva efetuar o desconto na fonte.

Na ausência de um dos requisitos, caberá ao prestador efetuar o recolhimento diretamente e o tomador não poderá ser responsabilizado, razão pela qual é desnecessário exigir comprovação do pagamento. Assista ao vídeo **Retenção de ISS dos optantes do Simples Nacional a partir de 2018** para entender melhor o tema.

FUNDAMENTO LEGAL

Arts. 3º. e 6º. da Lei Complementar nº 116/2003.

FATO GERADOR

Caso a retenção seja devida, é necessário verificar na lei municipal se o fato gerador da incidência na fonte se dá quando da prestação do serviço, da emissão da nota fiscal ou do pagamento ao prestador (**Assista ao vídeo**).

LISTA DE SERVIÇOS

O serviço está previsto na lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo é o valor bruto da remuneração pelo serviço (art. 7º. da LC 116/2003).

ALÍQUOTAS

Se a retenção for devida, a alíquota de retenção será aquela destacada pelo prestador do serviço no documento fiscal, de acordo com o percentual de ISS relativo à alíquota efetiva do Simples Nacional por ele apurada no mês anterior, podendo ser qualquer percentual entre 2% e 5% (art. 21, § 4º, I, da LC 123/2006).

Na hipótese de o prestador não informar a alíquota no documento fiscal, a retenção será efetuada pela alíquota de 5%, conforme art. 21, § 4º, V, da LC 123/2006. (vide DESTAQUE DA RETENÇÃO)

DISPENSA DE RETENÇÃO

O fato de o prestador ser do Simples Nacional não o dispensa da incidência do ISS na fonte, salvo se a legislação do município assim dispuser.

Por exemplo, o prestador estará isento da retenção se o município enquadrá-lo na tributação por valores fixos mensais, conforme art. 21, § 4º, IV, da LC 123/2006.

DESTAQUE DA RETENÇÃO

A alíquota da retenção deve ser destacada na NF, sob pena de aplicação da alíquota de 5% (vide ALÍQUOTA).

O tomador não é responsável se a alíquota informada no documento fiscal for inferior à devida.

VENCIMENTO

Havendo previsão na legislação local para retenção na fonte do ISS, o vencimento se dará de acordo com o prazo previsto na própria lei municipal.

FORMA DE RECOLHIMENTO

Através de documento de arrecadação instituído pelo município ou por meio de sistema de execução orçamentária ou financeira (SIAFI, por exemplo), na hipótese de existir convênio entre o município e o ente governamental ao qual a fonte pagadora está vinculada (União ou Estado).

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

O tomador do serviço, caso esteja obrigado a efetuar a retenção, deve observar as obrigações acessórias previstas na legislação municipal, especialmente em relação:

- a) ao envio de declaração para o órgão fazendário com informações sobre os serviços tomados;
- b) à entrega de comprovante de retenção do imposto para o prestador do serviço.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O ISS incide, via de regra, no local do estabelecimento do prestador ou, na falta deste, no domicílio do prestador, conforme art. 3º, caput, da LC 116/2003. As exceções estão previstas nos incisos I a XXV do mesmo artigo.

Entretanto, alguns municípios adotam critério distinto, definindo o local da prestação do serviço como aquele em que o imposto deve ser recolhido, a exemplo de Florianópolis, cujo art. 249 da Lei Complementar Municipal nº 7/1997 assim dispõe: "**Art. 249.** O imposto é devido no local da prestação do serviço.

Parágrafo único. Entende-se por local da prestação o lugar onde se realizar a prestação do serviço."